

## 08/08/08: a política externa chinesa num momento de “paz e guerra”

### *08/08/08: China's foreign policy at a moment of “peace and war”*

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR\*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 28 a 30]

Os Jogos Olímpicos foram, nas palavras de Hu Jintao, um compromisso que o país assumiu e cumpriu seriamente com a comunidade internacional. Mais do que isso, porém, pode-se estender o propósito a que tal evento esteve condicionado na mentalidade dos dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC): um momento para que o mundo conhecesse uma China moderna, vibrante e poderosa. Mas, para tanto, tudo deveria acontecer de forma perfeita, sem sobressaltos, mesmo que se tivesse que lançar mão de opressão a protestos de tibetanos às vésperas dos jogos e de contenção de movimentos a favor de maior liberdade e de direitos no país.

Ainda nesse sentido, até mesmo uma inesperada abertura de imprensa e relativa transparência caracterizaram os esforços de resgate e ajuda aos milhares de afetados pelos terremotos em Sichuan. Contudo, as restrições às informações não deixaram de ser recorrentes, como pôde ser demonstrado pelo impedimento a jornalistas de cobrir de forma irrestrita as motivações e conseqüências dos atentados em Xinjiang poucos dias antes do início oficial dos jogos. Outros problemas sistêmicos a tomar vulto foram a poluição generalizada e os absurdos jurídico-legais comuns na China.

Ainda assim, o brilho dos jogos foi inquestionável, além de que o posicionamento do país no quadro de medalhas lhe rendeu a reputação de superpotência a derrotar os norte-americanos. No entanto, a alguns milhares de quilômetros de Beijing, a Rússia

enviava bombardeios, tanques e soldados à pequena Geórgia, construindo uma situação extremamente difícil para o PCC, mas, sem sombra de dúvidas, repleta de lições e implicações.

Paradoxalmente, o número 8, que para os chineses preconiza sorte, marca o dia em que se deflagra o conflito armado entre Rússia e Geórgia. Ao mesmo em que se celebrava em Beijing a abertura dos Jogos Olímpicos, marcando um momento de paz e tolerância entre os diferentes povos, vivia-se um real enfrentamento de forças no Cáucaso, repleto de violência e mortes. Nada poderia ser mais inoportuno para a China: não somente porque o clima de harmonia buscado estava sendo repentinamente ameaçado, mas também porque se criava uma situação para a qual o país não tem um posicionamento definido. Joga-se tanto com a permanente aliança política com os russos de um lado, quanto com os princípios de integridade territorial, não-intervenção em questões internas, auto-determinação e, principalmente, não-reconhecimento de movimentos separatistas de outro. Assim, justifica-se o silêncio da China em discussões no Conselho de Segurança da ONU acerca da questão e em pronunciamentos em geral.

Moscou não conseguiu de Beijing muito além de “preocupações” oficiais sobre a crise no Cáucaso e do apoio incondicional à realização dos Jogos de Inverno em 2014 na Rússia – objeto de um boicote possível pelo Ocidente. No entanto, os

\* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com)

russos esperavam mais do que isso de um país que tradicionalmente tem atuado de forma orquestrada em questões internacionais, uma vez que os principais organismos internacionais têm condenado veementemente as recentes movimentações de Moscou e, nesse contexto, um respaldo da República Popular seria revigorante. O G7 condenou a Rússia por ferir leis internacionais ao reconhecer a independência das duas províncias separatistas; a União Européia suspendeu as negociações para a aproximação em vários campos com o país; a sua entrada na Organização Mundial do Comércio ficou ameaçada e, por fim, até mesmo a Organização de Cooperação de Xangai, órgão composto por Rússia, China e outras repúblicas da Ásia Central, hesitou em apoiar o país, declarando haver necessidade de se alcançarem comuns acordos por meio do diálogo e entendimento.

A última declaração é a síntese do que é o ideal para Beijing: que as partes entendam-se sem a necessidade de interferência de outros países. Se, em última instância, houver a necessidade de o CSNU aprovar alguma resolução para o caso, não poderá a China deixar de manifestar-se. Ou seja, teria que encontrar uma forma de não contrariar Moscou, mas, ao mesmo tempo, sem abrir precedentes que gerassem desconfortos futuros. Afinal, se se reconhecesse o direito da Ossétia do Sul de conformar-se como nação independente, como Beijing justificaria uma posição contrária a movimentos pela independência de Taiwan? Assim, a China incentiva que as partes construam consensos, e, nesse sentido, o papel da ONU como incentivadora de diálogos seria bem-vindo. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de crescimento econômico requer estabilidade. Assim, quanto mais rápido a tranqüilidade regional seja alcançada, tanto mais serão beneficiados os negócios, e, definitivamente, um ambiente de caos não é favorável aos planos do PCC de desenvolvimento e progresso.

Apesar de ser o conflito entre Rússia e Geórgia algo desconfortável para a China, tal animosidade é por si só um motivo de reflexão para dirigentes do Partido Comunista. Poderia ser o intervencionismo em defesa da integridade dos seus cidadãos numa

área fora de sua soberania uma justificativa legítima? Se sim, o que o PCC tem à sua disposição é um verdadeiro laboratório de experiências repleto de lições.

Guardadas as devidas proporções, pode-se indagar se uma possível intervenção da China Continental na pequena Taiwan poderia causar desencadeamentos semelhantes aos que teve a aventura russa no Cáucaso. Ainda que Taiwan não seja reconhecidamente um país soberano perante a comunidade internacional (como é a Geórgia), uma demonstração de forças dessa magnitude por parte de Beijing não passaria em branco e, possivelmente, o papel dos Estados Unidos seria ainda mais ativo nessa situação hipotética, pois, afinal, o que estaria em jogo seria algo que extravasa os limites de “quintal” de um pólo de poder.

No entanto, há três fatores que especialmente devem ser levados em conta: 1) Taiwan, diferentemente da Geórgia, possui um considerável poder militar de defesa, o que, minimamente, garantiria uma capacidade de criação de conflito armado de grandes proporções; 2) Ainda que a China pudesse alegar a necessidade de intervenção em Taiwan em nome da defesa dos seus cidadãos (ou pelo menos da parte da população pró-reunificação), recentemente o que se tem verificado é uma real reaproximação entre os dois lados do estreito, não somente no campo sócio-econômico, mas também no político; 3) Além disso, a estabilidade regional e o status quo correspondem aos interesses de ambas as partes. Mesmo assim, tendo a China verificado ausência de sanções à Rússia e quase nenhum custo de reputação, talvez movimentações unilaterais não sejam tão insuportáveis como preconizadas pelo equilíbrio de poder e comunhão de interesses. A China observará, assim, atentamente ao desenrolar da situação e ao posicionamento que a comunidade internacional tome em definitivo.

Outro ponto importante é a necessidade de se aprender como e por que ocorrem revoluções do tipo “coloridas”. Tanto a rosa (Geórgia, 2003), laranja (Ucrânia, 2004-05) e tulipa (Quirguistão, 2005) consagraram tendências pró-ocidentais e de democratização liberalizante. A contaminação

dessas revoltas para dentro das fronteiras chinesas em áreas como Xinjiang (vizinha do Quirguistão) ou Tibete, que têm um forte descontentamento com o governo central baseado em questões étnico-separatistas, seria algo bastante perigoso. Por isso, o PCC evitaria o pior controlando todas as movimentações políticas e punindo dissidentes, principalmente nas áreas mais problemáticas. Teria sido a falta disso que resultou no esfacelamento da União Soviética em várias repúblicas etnicamente motivadas, e, para evitar um caminho parecido, entende-se que deve Beijing monitorar de perto os acontecimentos em Xinjiang e Tibete. Assim, evitar manifestações e tumultos que culminem em algo parecido com revoluções coloridas, que em muito fazem lembrar os acontecimentos imediatamente anteriores ao massacre da Praça da Paz Celestial, é um imperativo.

Já com relação à política de grandes potências, é importante que a China saiba colocar-se entre Rússia e Estados Unidos nesta situação específica, buscando formas de maximizar seus ganhos. Suas reticências com relação à afronta russa na Geórgia foram saudadas pelos norte-americanos como algo positivo, obviamente buscando assim uma forma de angariar um decisivo posicionamento chinês do lado ocidental. Saber explorar o momento com base no pragmatismo característico de sua política externa poderia render à China frutos em matéria de ganho de poder, realização de seus interesses, dentre outras coisas.

O relacionamento do país com a Rússia é baseado na mesma desconfiança que há entre Beijing e Washington. A falta de democracia e o totalitarismo parecem ser fatores insuficientes para que a aliança

russo-chinesa seja alheia a rivalidades. Ambos países disputam áreas de poder na Ásia Central, incluindo, dentre outras coisas, a geopolítica energética de oleodutos, para o que a China possui respaldo norte-americano. Além disso, os recém-descobertos sítios de lançamento de mísseis com capacidade de ataque a alvos russos a partir do oeste chinês clarificam bem o sentimento de desconfiança às vezes oculto em ocasiões de congruência política.

Assim, o 8 de agosto marca a passagem para um novo tempo na política internacional. Dois atores de peso demonstram, de diferentes maneiras, que ser um poder de segunda categoria não é mais suficiente. Além disso, parecem clamar pelo seu espaço dentro do centro decisório da política mundial.

Em síntese, fogos de artifício em Beijing e bombas na Geórgia acabam por transmitir a mesma mensagem: a necessidade de se considerar o mundo, a partir de agora, indiscutivelmente multipolarizado.

Recebido em 22/09/2008

Aprovado em 30/09/2008

**Palavras chaves:** China, Rússia, autodeterminação

**Key words:** China, Russia, selfdetermination

**Resumo:** o artigo versa sobre a política externa de dois países: China e Rússia. Assim, o texto aborda a dificuldade de os dois países, em especial China, de lidar com movimentos de autodeterminação.

**Abstract:** Chinese and Russian foreign policies, in particular China's difficulties in dealing with internal independence movements.

